

Idéias em debate

JOÃO CARLOS G. CAMINHA

De acordo com avaliações efetuadas há meses atrás pela firma norte-americana de consultoria Frost e Sullivan, o Brasil é hoje um País de elevado risco para empréstimos internacionais no qual há cerca de 20% de probabilidade de ocorrer um golpe de Estado. Ainda segundo os analistas daquela firma, a probabilidade de a democracia vingar no Brasil nos próximos cinco anos seria de apenas 50%. As possibilidades consideradas no estudo merecem bem mais atenção do que os números relativos às probabilidades.

Enquadraram-se na lógica de uma evolução em que a participação de numerosos fatores aleatórios de forma alguma elimina a validade de estimativas quanto à situações futuras. Valem como as previsões meteorológicas. Embora envolva em grande margem de erro, não devem ser ignoradas.

A luz da história seria ingênuo ver-se a democracia no Brasil a caminho de uma rápida e definitiva consolidação. Nenhuma Nação a integrou no seu sistema político de modo simples, fácil e rápido. A democracia sempre foi a exceção entre os sistemas políticos. Conforme salientado por eminente scholar norte-americano, o principal problema da democracia através dos tempos não tem sido como conceitua-la mas sim como praticá-la. Em bem poucos países desenvolveu-se no seio da sociedade o respeito de todos por cada um e de um para com todos, dentro de normas consolidadas pelo costume. E é esse estado de espírito coletivo que tira os princípios da Igualdade e da Liberdade das páginas das constituições para fazê-los presentes com força no relacionamento dos cidadãos entre si e no de cada um com o Estado.

No Brasil a democracia foi conceituada com bastante brilho em muitas oportunidades sem proporcionar, em nenhuma ocasião, um relacionamento verdadeiramente democrático entre os brasileiros. Falta seiva democrática onde há tolerância e conformismo com o sistematizado e ostensivo desrespeito à lei, onde o povo foge da Justiça preferindo o esbulho de seus direitos e onde o cidadão não se vê como patrão e fiscal do Poder Público. Há um sem número de explicações para um fato que engloba considerável quantidade de fatores históricos, culturais, econômicos, sociais e políticos. Na interpretação de alguns estudiosos, provavelmente faltou no caso brasileiro, da mesma forma que na totalidade dos países latino-americanos, a conjugação de circunstâncias favoráveis à gênese de um sistema democrático e à sua alimentação até à maturidade. Na verdade, nenhuma das grandes obras políticas erguidas com tanta diligência durante o Império e a República deixou de trazer em si fragilidades congêntas.

É dentro dessa realidade que a Nação brasileira vive o momento atual. De outra parte, democráticos ou não, os sistemas políticos não amparados pela força da tradição raramente sobreviveram a grandes catástrofes militares ou econômicas. Consequentemente, constitui uma das interrogações da situação presente a extensão dos efeitos produzidos nos campos político e psicológico pelo colapso da Estratégia Desenvolvementista formulada depois da crise do petróleo.

Então, como toda grande crise, a que hoje aflige a sociedade brasileira, tem raízes antigas ligadas à própria formação da Nação. A essas, outras mais novas enlearam-se com o explosivo crescimento da população, a adoção de políticas econômicas inadequadas ou fundamentadas em avaliações erradas. O inegável é que hoje, a sociedade brasileira, em consequência dessas ou de outras causas, remotas ou recentes, se depara com uma delicada situação política fluando sobre incertezas econômicas e fragilidades institucionais. Ambicionam os brasileiros, como é natural e inevitável entre homens que se vêm como civilizados, os valores que verdadeiramente dotam um sistema político com um caráter democrático: a liberdade individual, a igualdade de direitos, a supremacia do povo sobre os seus funcionários e a derivação da autoridade do consentimento dos cidadãos. Continua a haver entre esses valores e os brasileiros um vasto oceano que não se deixa cruzar facilmente. As vagas que nele se levantam não costumam poupar nave políticas mal construídas, mal comandadas ou mal tripuladas.

A configuração da crise

A palavra "crise" começou a ser ouvida com frequência no Brasil a partir do segundo semestre de 1982. Chegou com o noticiário sobre a inadimplência externa do País, com a súbita elevação da taxa de inflação de pouco menos de 100% para bem mais de 200%, com as consecutivas quedas do Produto Interno Bruto e com os representantes do F.M.I. sentados nas mesas do Ministério do Planejamento procurando entender as explicações dos planejadores da economia brasileira. Para muitos brasileiros, porém, a crise já começara antes, sob a forma de desemprego ou de redução de padrão de vida. Entronizou-a o esforço do governo em ocultar da Nação a verdadeira extensão do desastre econômico. Veio a falta de credibilidade. Passou a Nação a respirar a pesada atmosfera da decepção, da humilhação e do ceticismo. No país do futuro surgiu a apreensão quanto ao futuro. Veio a inibição nos investimentos e o aflorar do que merecia estar politicamente sepultado. Criaram-se as condições favoráveis à aglutinação de vontades contestatórias à ordem política vigente. Começou a iniciativa política a escapar ao governo. Declinou o grau de estabilidade interna. Por conseguinte, a crise emergida do campo econômico vem repercutindo, como não podia deixar de ser, em toda a sociedade brasileira através de um encadear de ações e reações de difícil acompanhamento e mais difícil controle na esfera política.

Seguramente ninguém planejou no âmbito do governo federal, no final da década passada, esperando para o começo desta uma brutal redução da renda per capita da população e uma elevação da taxa de inflação para o nível da existente na China Nacionalista depois de vários anos de guerra contra o Japão. Seguramente a estratégia política do final da década passada teria sido outra, tivesse havido a antevisão do melancólico quadro político-administrativo hoje vigente no País. Evidentemente toda estratégia, seja ela política, militar ou econômica, visa ao controle de situações de forma a alcançar objetivos previamente selecionados. Toda estratégia é avaliada "a posteriori" pela diferença entre os seus efeitos desejados e os efeitos realmente produzidos através das ações nelas previstas.

Assim, a redução da capacidade do governo em mobilizar vontades para a defesa de seus objetivos e em conduzir os acontecimentos, mostrando inequivocamente as deficiências de sua estratégia poli-

tica, pode ter implicações muito amplas do jogo do poder. Tende, desde logo, a solicitar medidas corretivas vigorosas na busca compensatória à capacidade perdida, o que, por sua vez, tende a provocar reações oposicionistas. Estabelece-se assim um conjugado que alarga as brechas no edifício político, desde que os estrategistas de um lado e outro vejam o limite da atividade política como sendo a conquista da máquina estatal. Nessas brechas logo açodam-se em aplicar esforços demolidores os profissionais de exploração das crises. Tais riscos não podem ser minimizados, uma vez que a disputa pelo poder integra de forma inapeável a atividade política. Obviamente, nos países com instituições políticas consolidadas e com as diversas correntes de opinião bem alinhadas, tal disputa é conduzida de acordo com as normas desde muito conhecidas e consagradas. A tradição, a jurisprudência e o respeito mútuo dão continuidade, eficácia e disciplina à atividade política e à solidificação das instituições. Estas revelam-se invulneráveis aos impactos dos desastres políticos e econômicos. Sobrevivem mesmo à sucessão de prolongadas administrações marcadas pela corrupção e pela incompetência. Não é esse o caso do Brasil, onde, flagrantemente, os grandes princípios políticos e o funcionamento das instituições políticas são ajustados, periodicamente, às conveniências ditadas pelo momento vivido. Aqui as fragilidades institucionais surgem em toda sua grandeza toda vez que o calendário mostra a aproximação de uma sucessão presidencial. A absoluta supremacia do Poder Executivo, na prática colocando mais de 70% do poder político nas mãos de uma só pessoa, desde muito fez da transferência da faixa presidencial um ato traumático para a Nação, quando não dramático. Sucessão presidencial e crise política são sinônimos há longo tempo no Brasil.

A sucessão prevista para o próximo ano tem a agravá-la uma série de circunstâncias ameaçadoras. Está na junção do que a Nação espera representar o fim de um longo ciclo de governos autoritários com o início do que se pretende ser uma fase democrática. Uma transição política dessa natureza é sempre delicada, mesmo em época de prosperidade econômica e farta safra de estadistas de gabarito ocupando posições-chave no governo e na oposição. No meio de um descalabro econômico é tarefa sem futuro a não ser dentro de um clima de união nacional em torno de objetivos comuns. Recorrendo, como é o caso, a métodos eleitorais que nada se diferenciam, na sua essência, daqueles que envergonharam a Nação antes de 1930, faz vementes convites à contestação. Apresentando como opções à ocupação da Presidência homens surgidos politicamente na crista de aventuras ou nas sombras de arranjos de bastidores, acende fogueiras próximas a camburões de gasolina.

Transferindo-se a atenção para o plênário dos grandes eleitores as preocupações não diminuem. Ai não têm faltado os comportamentos bufos, os arranjos de campanário, a falta de respeito mútuo, atropelando os entendimentos. Nem faltado desordens pré-fabricadas nas galerias convidativas à chamada ao palco dos que ansiem por intervenções ao estilo napoleônico. Em suma, pouco ou nada tem aparecido nos vídeos das televisões capaz de retirar à palavra "político" a conotação pejorativa que o povo brasileiro, na sua simplicidade, lhe empresta desde o tempo do Império. Continua sendo negada ao povo brasileiro a visão de um relacionamento equilibrado, liberto de tensões, entre os vários poderes do Estado e entre os representantes das várias correntes de pensamento político. O que lhe vem sendo apresentado no cenário político é pouco mais do que uma disputa pelo trono presidencial entre facções impregnadas pelo espírito continuísta, revanchista ou oportunista.

Manda assim a prudência ver o Brasil como uma Nação politicamente enferma. Como tal, sujeita a súbitas elevações de temperatura, ao atrito das contradições que impregnam a sua atividade política. Tudo indica que no atual momento histórico é mais importante manter a febre em níveis toleráveis do que combater o que talvez seja um mal crônico imposto pelos séculos.

No sentimento popular a crise está consubstanciada, precipuamente, na dificuldade da maioria das famílias em fazer um orçamento doméstico que valha para o mês seguinte. A desordem de uma economia conduzida sem o denominador comum de uma moeda de valor conhecido inundou tanto os livros-caixas dos órgãos do Estado como os das empresas privadas e os das donas-de-casa. A emissão continuada de cheques sem fundo sob a forma de papel-moeda permitiu a sobrevivência das empresas estatais falidas e a retirada do vermelho dos balanços dos órgãos públicos, mas comprometeu a saúde das economias familiares. Para os chefes de família, o derreter do cruzeiro tem sido o derreter do padrão de vida e a incerteza quanto ao futuro. Indubitavelmente a inflação é a chaga por onde se tem escoado a melhor parte do fruto do trabalho dos brasileiros e entrado a infecção que ameaça destruir as energias morais da Nação. Por bons motivos a seriedade dos governos costuma ser avaliada pela prioridade concedida ao combate à inflação. É inevitável, assim, que a maioria silenciosa e apolítica da população paute suas reações políticas em função de expectativas econômicas. Na verdade a inflação constitui o elo de ligação da crise econômica à crise social, política e moral, atravessada pela Nação brasileira.

Como a História não registra muitos casos de sistemas democráticos consolidados ao troyel de inflações galopantes, é lícito ver a atual crise ter seu destino ligado à confiança que o povo vier a depositar na moeda circulante no País. Todavia, estancar uma inflação antiga, criadora de instrumentos de autodefesa no sistema econômico e na mente do povo, implica, necessariamente, amplo, vigoroso, persistente e doloroso esforço por parte de toda a sociedade. No caso brasileiro, como tem sido muitas vezes apontado, a inflação, por sua grandeza e duração, atingiu um grau em que os fatores psicológicos têm participação decisiva. Ela já não mais reage à terapêutica ao alcance dos economistas e muito menos a medidas improvisadas por charlatães. É sentido no Brasil que sua eliminação depende de um esforço global só executável sob forte motivação patriótica e firme liderança política. Requer confiança do povo nos seus dirigentes. Mas confiança não é direito adquirido de ninguém-nem artigo comprável em lei-lão. Dentro desse entendimento, o fim da crise brasileira passa pela resolução do difícil problema de produzir um impacto antiinflacionário numa época de indefinições e contestações políticas, através do esforço coletivo de uma sociedade pouco politizada, já duramente sacrificada e descrente do poder público. Trata-se de um

problema cuja solução está totalmente fora das possibilidades dos homens atualmente no poder. Ao atual governo falta tempo, credibilidade e liderança para enfrentar um problema de tais dimensões. Cabe então a grande preocupação com os riscos para o futuro da democracia no Brasil, no caso de o problema revelar-se também além da capacidade dos homens do governo a iniciar-se, segundo consta, em março de 1985.

De acordo com os analistas da Frost e Sullivan, a maior ameaça à democracia no Brasil deriva da chamada "Linha Dura". E mister assim uma melhor identificação dessa entidade tantas vezes mencionada, que não tem existência legal ou oficial. Evidentemente, faz ela parte de uma realidade política que não se engasta nos três poderes da República. Para a "Esquerda" a "Linha Dura" é a expressão maior da "Direita". Para muitos, porém, ela é o núcleo intransigente dos defensores dos objetivos da Revolução de 1964. O incontestado é que a "Linha Dura" constitui uma manifestação concreta de uma reação a um estado de coisas visto como inaceitáveis por importante segmento da sociedade brasileira. Procurando simplificar o que é vasto e complexo, talvez seja lícito afirmar-se que a "Linha Dura" é um fruto da desordem e da insegurança. Nasceu no início da década dos sessenta da junção de representantes de "Centro" e da "Direita", em face dos desmandos de um governo totalmente desarvorado no meio de uma tempestade política e econômica.

Aderem à "Linha Dura", os que não acreditam em Liberdade e Democracia, onde impera a desordem. Existe lugar nas suas hostes para o septuagenário frustrado que em 1930 colocou lenço vermelho no pescoço, na esperança de ver um Brasil servido por um governo sem cabide de empregos, surgido de eleições honestas. Também existe para o jovem fanático disposto a jogar bombas onde sentir o menor odor marxista. Como é público e notório a "Linha Dura" se manifestou com bastante destaque na promulgação dos "Atos Institucionais" do final da década dos sessenta. Por conseguinte, a "Linha Dura" faz parte da anatomia do Poder Político brasileiro da mesma forma que a "Nomenklatura" (conjunto dos que usam o Poder do Estado em benefício próprio). Enquanto, porém, a "Nomenklatura" medra associada à estrutura orgânica do Estado, a "Linha Dura" é antes um estado de espírito comum a homens do governo ou não.

Seus adeptos não obedecem a um programa, não têm chefes, não têm organização nem local de reunião. Mas existem encrustados em todos os níveis e em todos os organismos do Estado. Pesam na evolução dos acontecimentos políticos, indiretamente. A "Linha Dura" viceja de permissão ao revanchismo dos que perderam o Poder, às ambições dos que amam o Poder e ao continuísmo dos que não aceitam viver fora do Poder. Seus adeptos não professam uma única filosofia política, quando a tem. Têm uma grande motivação comum: não ver o Estado brasileiro sob o comando de homens identificados com o marxismo direta ou indiretamente, por convicção ideológica, conveniência política ou interesse material.

Assim a "Linha Dura" é eminentemente reativa à evolução dos acontecimentos políticos, sem ter uma participação continuada e disciplinada no processo político. Ela tende a crescer ou diminuir conforme a agressividade e coloração das várias estratégias políticas em confronto. Quanto maiores as contradições nascidas das reações recíprocas entre as estratégias em confronto, maior a probabilidade de crescimento e ação da "Linha Dura". Abrigando democratas sinceros, antimarxistas convictos e anticomunistas profissionais, a "Linha Dura" não deixa, também, de ter em suas fileiras um grande número de legítimos representantes da "Nomenklatura". Para estes, a única preocupação é a continuidade de um estado de coisas condizente com a preservação de seus interesses materiais.

É bem provável que o número de afiliados às idéias da "Linha Dura" esteja em ascensão. Duas causas principais estariam concorrendo para isso. Em primeiro lugar, a visão da decomposição do Rio de Janeiro sob a batuta festiva da administração socializante. Em segundo lugar, a rearticulação dos movimentos de massa como forma de pressão política em moldes identificados aos de 1964 e 1968. A possibilidade de todo o Brasil vir a ser dirigido como está sendo presentemente o Rio de Janeiro coloca em efervescência importantes segmentos da sociedade brasileira, abrindo espaços para a ampliação dos quadros da "Linha Dura". Os adeptos da "Linha Dura" com toda certeza estariam no primeiro plano da articulação de qualquer movimento anti-querda ou anticão. Para eles os movimentos de massa surgidos ultimamente sob a bandeira das eleições diretas constituem mera etapa do plano para colocar no poder as forças banidas do País em 1964.

Paira, portanto, sobre a situação política brasileira, o risco de as várias estratégias conflitantes, ao reagirem entre si, aliarem-se em torno das mais extremadas e se deixarem rolar com velocidade crescente. O reconhecimento desse risco recomenda uma contemplação mais detalhada da anatomia do Poder Político brasileiro, centrado, conforme visto, em torno da pessoa do Presidente da República, virtual dono do maquinário que faz leis e dinheiro e comandante supremo das Forças Armadas.

Tem faturado bem, financeira e politicamente, a mentira de um Brasil em março de 1964, feliz, democrático e a caminho do progresso sob a direção de estadistas de gabarito. Esse Brasil teria sido destruído pela sanha de militares cobiçosos do poder, dispondo do apoio de uma grande potência estrangeira. Acontece que os militares com mais de 40 anos de idade têm perfeita noção das circunstâncias dramáticas em que as Forças Armadas se viram compelidas a ocupar o vazio criado pela demagogia e pela mediocridade dos homens que orientavam a ação governamental naquele período. Lembram-se da vergonhosa revoadada em direção às fronteiras dos criadores do caos e da tentativa do movimento de Março de 1964 em criar bases mais sólidas para as instituições políticas do País. Como instituição nacional, na prática, a Marinha de Guerra e a Força Aérea deixaram de ter participação no processo político ainda na década dos 60, e o Exército em meados da década seguinte. Persistiu, porém, para a maioria do povo, a imagem de um governo militar dirigindo o Brasil. Na verdade os que hoje detêm o poder político, embora sejam em grande número egressos do Exército, de forma alguma se vêem como mandatórios das Forças Armadas no cumprimento de uma missão por essas assumidas com a Revolução de 1964. Vêm-se como políticos pertencentes a uma linha de pensamento e apenas como políticos é que têm atuado na tentativa de criar nova ordem política. Em nenhuma oportunidade sub-

meteram suas decisões à apreciação das Forças Armadas ou nelas foram buscar conselho para seus atos. Dessas exigiram subordinação integral às decisões do Poder Executivo e a ausência de opinião quanto aos assuntos políticos. Nesse sentido foi mesmo promulgada uma legislação que reduziu os direitos de cidadania dos militares (que se veja, por exemplo, o Decreto nº 83.349, de 18 de abril de 1979, com as portarias dele derivadas).

Recolhidos à esfera profissional os militares acompanharam pela imprensa a evolução política do Brasil. Leram nos jornais os nomes dos que, ainda vestindo farda, de estalo foram erguidos da obscuridade militar a condições de dirigentes habilitados a decidirem sobre o destino de meia América do Sul. Proporcionaram meios humanos e materiais para o desenvolvimento de um sistema de informações voltado para dentro das fronteiras do País. Perceberam as consequências da atuação de um poder oculto obediente a doutrinas próprias e a controles invisíveis. Sentiram a erosão do prestígio das Forças Armadas junto à opinião pública. Divisaram o prosperar da Nomenklatura, reunindo os que, de todas as procedências ideológicas, sociais e profissionais, arvoraram em meta suprema o desfrute dos benefícios escorridos do poder. Depois de vinte anos voltaram a escutar as vozes dos expulsos a pontapés do País em 1964, agora convertidos ao "socialismo". Por fim contemplaram a apoteose carnavalesca de "bicheiros" e "socialistas", irmanados, desfraldarem estandartes da recuperação do Brasil. Assim sendo, embora toda a atual estrutura política do Brasil seja decorrente da Revolução de 1964, para grande número de militares não mais existe a mínima correlação entre as motivações determinantes daquele movimento e o que vem acontecendo na esfera político-administrativa do País. Noutras palavras, não se sabe como os militares profissionalizados, nas várias Forças Armadas e nos vários níveis hierárquicos, encaram a evolução política ocorrida no País de 1974 para cá. Não se conhece em que medida os militares aceitam ou repudiam a "linha dura", respeitam ou desprezam os que se dedicam à política, dentro ou fora do governo.

É nesse clima de perplexidades e de dúvidas que a dinâmica da disputa pelo controle da máquina estatal, embaralhando e empurrando as estratégias políticas para duas vertentes irreconciliáveis, ameaça colocar frente a frente dois instrumentos de ação facilmente escapos ao controle dos que os usam: o movimento de massa e a baioneta. Ver o abaixar das baionetas diante da turba ululante é o sonho de todos os estrategistas da subversão. Anseiam eles por um grandioso evento histórico no Brasil, comparável à queda da Bastilha ou à tomada do Palácio do Inverno. Mas existe o risco da baioneta baionetar. Existe também o risco de parte das baionetas se abaixar e outra não. Tais hipóteses englobam riscos de difícil avaliação, todos, porém, pouco alentadores para o futuro da democracia no Brasil. Pois certo é que, vencendo a massa, ou, a baioneta, morre a democracia.

Dessa forma, o "suspense" criado em torno da próxima sucessão presidencial mostra uma grande Nação aprisionada entre dois esforços conduzidos sem grandeza de propósitos. É o esforço desenvolvido pelos que ambicionam permanecer no Poder, nada mais podendo fazer em prol da ordem democrática e pelos que vêm as franquias democráticas como ferramenta para empolgar o Estado. Mostra uma desastrosa galvanização de forças em torno de pólos indevidos, apta a centelhar e a incendiar sem nada iluminar. Historicamente é uma situação anômala, sem razão de ser, surgida de remexer nos escombros da obra política mais precária realizada no Brasil depois da Independência: a tentativa da criação de uma ordem política democrática ao esporear do "Fuhrerprinzip". É uma situação para a qual não contribuíram as melhores inteligências e competências do Brasil. Contribuíram os sobreviventes do naufrágio político de 1961-64, os timoneiros do encalhe econômico dos anos oitenta, os siberitas da "Nomenklatura", os encaupizados da "Comunidade de Informações" e os pseudos estadistas gerados nas penumbas dos palácios brasileiros ou nas beiras das piscinas do planalto central. Nessa lamentável situação poderão beneficiar-se, por algum tempo, os que não têm escrúpulos morais em pretender a coroa presidencial à revelia do sentir da Nação, do grau de segurança interna e da estabilidade política futura. Correm porém o risco de ser chamados bem cedo, juntamente com o restante do povo brasileiro, a prestar contas perante a História. Não são conhecidos casos de inflações vencidas pelas medidas dos que não contam com um mínimo de respeito e apoio das forças vivas da Nação. Poucos porão em dúvida que a continuação da inflação será o espriar da desordem já tão visível em tantos pontos do Brasil.

Como assinalou Raymond Aron, "a partir de certo grau de desordem toda sociedade se torna má, mais má, reage". Difícil é estimar a natureza, a intensidade e as consequências dessa reação.

A organização bem sucedida de um Estado pressupõe a existência de uma comunidade política. Na Política os que dela participam com elevação de espírito empenham-se em controversias sobre ideais alternativos e princípios rivais dentro de uma moldura moral e ética que marca os limites do permitido. Quando na comunidade política os princípios e os ideais maiores são sacrificados às conveniências da conquista do Poder, a Política é absorvida pela Estratégia Política numa inversão desastrosa, ao mesmo tempo em que o estadista desaparece perante o "político". Sendo o controle do Estado o objetivo maior da Estratégia Política, para o "político" a Democracia é um mecanismo que forçosamente dá maior expressão às dissensões do que às concordâncias. Daí resulta a paralisia da Política perante estratégias políticas exarcebadas. E o impasse.

Apreciações sobre riscos políticos tendem a ser falhas, mormente referindo-se a um país tão vasto e complexo como o Brasil. Tendem a ser pessimistas sendo relativas à sobrevivência da Democracia num país culturalmente heterogêneo, submetido à orientação política de uma elite onde não faltam os que cultivam, ao mesmo tempo, os valores da corte de Luiz XIV e os da favela. Contudo, não existindo determinismos históricos implacáveis, com toda certeza continuam abertos ao Brasil rumos fugidios à colisão com o núcleo incandescente da atual crise. Se de uma parte, ao longo da História, os brasileiros quase sempre se mostraram refratários em considerar com seriedade os grandes problemas nacionais, de outra, por instinto de conservação ou inteligência, não raro mostraram rara habilidade em adiar, indefinidamente, o purgar de suas dívidas políticas e econômicas.